

Prebisch e Furtado: a economia política cepalina do economicismo à cultura

Bernardo Gouthier Macedo*

Esta resenha dos trabalhos de Raúl Prebisch e Celso Furtado, os dois principais autores da economia política cepalina (EPC), tem como hipótese que a EPC, como de resto todo paradigma científico, pode ter sua relevância dimensionada por sua influência sobre a história. Sob esse prisma, a EPC conheceu dois momentos distintos. O primeiro vai desde a criação da Cepal, no final dos anos quarenta, até a primeira metade dos anos sessenta, quando o trabalho da instituição influenciou decisivamente a formulação de políticas na América Latina. Nessa etapa, a EPC foi marcada por um notável viés economicista. Desde então, sua influência entrou em declínio – enquanto seus principais autores passaram a mitigar o economicismo através da ênfase em diversos outros temas como essenciais para o tema do desenvolvimento – a sociologia, a política ou, nos termos de Furtado, a cultura.

O trabalho seminal de Raúl Prebisch

O economista argentino Raúl Prebisch foi o fundador e principal artífice da economia política cepalina. Inicialmente como consultor da instituição, publicou sob a chancela da Cepal, em 1949, o texto que depois ficou conhecido como *Manifesto da América Latina*, no qual já estavam presentes praticamente todos os elementos mais relevantes da EPC. Daí até o início dos anos sessenta foi o secretário-executivo da Cepal, elaborando diretamente e coordenando sua equipe técnica em trabalhos e pesquisas que consolidaram a EPC como o auge do pensamento econômico originalmente latino-americano (Cardoso, 1977). Nos mais de vinte anos seguintes até sua morte, Prebisch continuou, direta e indiretamente, responsável pela produção de uma abundante literatura sobre o desenvolvimento econômico, quase sempre à frente ou envolvido em organismos multilaterais ou em órgãos de governo. Ao longo de todo esse período, Prebisch afastou-se muito pouco de suas formulações originais, embora houvesse alterações relevantes de postura e de ênfase e a incorporação de novos temas. Mais à frente, voltaremos a nos encontrar com Don Raúl quando ele, já nos anos setenta, desencantado, radicaliza sua postura crítica frente ao descaminho da industrialização e do desenvolvimento latino-americanos.

Em seus primeiros trabalhos na Cepal, contudo, Prebisch assume o tom entusiasmado e otimista de um dos maiores militantes em prol da industrialização latino-americana. Embora muitos o tenham visto como responsável pela elaboração de uma “teoria do desenvolvimento”, sua principal preocupação não era teórica, no sentido forte do termo, nem acadêmica, ainda que ambos os aspectos não fossem

desimportantes em sua obra. De fato, seu público-alvo era, principalmente, os responsáveis pela elaboração e implementação de políticas econômicas, principalmente na América Latina, mas também nos que ele chamaria de países centrais – especialmente os Estados Unidos, centro cíclico principal –, bem como, evidentemente, aqueles que, como ele próprio, estavam envolvidos com o tema do desenvolvimento econômico nas instituições multilaterais.

Nesses primeiros anos de Cepal, o objetivo quase exclusivo, perseguido obsessivamente por Prebisch era o de convencer seu auditório de que os países da periferia deveriam acelerar sua trajetória na direção da industrialização. Porque, segundo ele, nos países centrais a industrialização, mais avançada, permitia a sua população se apropriar, em grande quantidade, dos “frutos do progresso técnico”, segundo a terminologia prebischiana, traduzidos em melhores condições de vida. Além disso, a tendência à “deterioração dos termos de troca” da produção primária da periferia frente aos produtos industrializados do centro permitia a este apropriar-se também de parcela dos frutos do progresso técnico daquela, aumentando a distância entre suas condições de desenvolvimento.

Prebisch elenca vários argumentos teóricos que sustentariam a tese da deterioração dos termos de troca, e lança mão de estatísticas que a comprovariam. Tanto os argumentos como as estatísticas, pouco sistemáticos e às vezes contraditórios entre si, foram e são permeáveis a críticas de toda ordem. Mas esse argumento, embora tivesse gozado de grande popularidade, para o bem e para o mal, não é decisivo – porque, de resto, o que importa é a afirmação da dinâmica assimétrica da acumulação em sistemas econômicos mais e menos industrializados, em desfavor dos últimos, que à época ainda estava sujeita a contestação (como, entre outras, no Brasil, a de Eugênio Gudin).

Num sistema internacional cuja liderança pelos Estados Unidos, uma economia fechada, restringia a propagação dos impulsos dinâmicos emanados do centro para a periferia, onde as forças de capitalização eram frágeis, exatamente pela industrialização apenas incipiente, o desenvolvimento industrial necessitava ser acelerado pela intervenção estatal. De um lado, com políticas protecionistas, principalmente no âmbito comercial – o financeiro relegado a segundo plano –, para compensar o pequeno grau de abertura do centro cíclico principal. De outro, através do planejamento do investimento, para potencializar o impacto dinâmico da

poupança, escassa face ao grande e crescente diferencial de produtividade entre centro e periferia que deveria ser reduzido. Escassez tanto mais notável quanto se tenha presente que a redução desse diferencial de produtividade deveria ser realizada, ao menos numa primeira etapa, através da importação de bens de capital, portadores por excelência do progresso técnico, segundo a visão de Prebisch. Vale dizer, escassez de poupança e escassez de dólares. Num ambiente de racionamento de divisas, caberia à “cooperação internacional” o papel de complementar o esforço dos países periféricos: quanto mais generosa, menos agressivo precisaria ser o ativismo estatal. Nesse primeiro momento, Prebisch não levava em conta a possibilidade de que o carro-chefe da industrialização periférica fosse o investimento externo direto, que então se mostrava escasso mas, já a partir da segunda metade dos anos cinquenta, ao menos no Brasil, seria responsável pela compatibilização entre industrialização e poupança doméstica escassa – e, claro, dependência.

A mensagem de Prebisch, aqui dramaticamente resumida, é, portanto, simples e clara: existe um sistema econômico internacional desigual, composto por centro e periferia, que se diferenciam basicamente por terem ou não suas estruturas produtivas baseadas na indústria. E, para que a periferia primário-exportadora reduza sua vulnerabilidade externa e se desenvolva, num ambiente internacional adverso, seus estados nacionais devem adotar políticas industriais e comerciais ativas.

Como se vê, o discurso de Prebisch é quase exclusivamente econômico: não há considerações sobre a dimensão política, social ou cultural do desenvolvimento, temas que só mais tarde seriam incorporados à EPC, mas sempre de maneira subordinada. E, mesmo no campo da economia, o tema que domina a cena são as estruturas produtivas. Prebisch quase nada tem a dizer sobre os aspectos financeiros de seu objeto: juros, câmbio, inflação, e finanças públicas primam pela ausência, em companhia da distribuição de renda e de qualquer outro tema que pudesse desviá-lo de seu alvo.

Ao longo do tempo, vários desses temas e aspectos seriam incorporados à EPC, alguns até mesmo pela pena do próprio Prebisch. Mas, ao menos no veio principal da EPC, mesmo dimensões decisivas do desenvolvimento periférico seriam incorporadas sempre atadas à obsessão com as estruturas produtivas. O exemplo conspícuo é o tratamento dado à inflação, a partir do final dos anos cinquenta, por autores como Noyola Vázquez (1957) e Osvaldo Sunkel (1958). Inovador, inspirado

em Kalecki (Love, 1996, pág. 161), o enfoque dos cepalinos tratou das causas da inflação provenientes de desequilíbrios dinâmicos do sistema produtivo, em contraste e confronto com a visão monetarista. Mais do que isso: segundo Love (1996, pág. 161) o termo “estruturalismo”, que se tornou quase sinônimo da economia política cepalina, teria sido utilizado pela primeira vez como referido à EPC exatamente para diferenciar o enfoque original conferido pelos cepalinos ao fenômeno inflacionário.

Mas, ao negar a inflação como fenômeno monetário a EPC também passou ao largo da dimensão financeira da inflação, jogando fora com a água de banho a criança. Esse aspecto seria desenvolvido, já nos anos setenta, principalmente pela cepalina Maria da Conceição Tavares, mas então já à frente de uma vertente campineira da EPC. Disso também trataremos à frente.

Dessa forma, o discurso de Prebisch, visto de hoje, parece pobre e datado. Mas, para além de suas virtudes persuasivas, preservadas pela restrição do objeto, pelo foco cerrado em suas proposições industrialistas, não se pode negar que a mensagem de Prebisch encontrava-se em notável sintonia com o percurso que a história concreta vinha oferecendo aos países latino-americanos. E, como disse retrospectivamente Celso Furtado (1985, pág. 115), “a secretaria-executiva [da Cepal] oferecia-se para ser a parteira da história”. Mas a história que ele, ao perseguir, construía, iria cobrar-lhe, mais tarde, a responsabilidade pela negligência de vários elementos decisivos, não apenas na esfera econômica, para a compreensão do tema do desenvolvimento em sua enorme complexidade. Como veremos, Prebisch não se furtou a essa responsabilidade e radicalizou seu discurso – mas, então, a ressonância de sua ideologia industrialista reciclada, e da EPC tomada mais largamente, era muito pouca.

Resta, antes de prosseguir rumo ao trabalho do “jovem” Celso Furtado, fazer algumas considerações, a partir da relação acima esboçada entre o trabalho de Prebisch e a história concreta, sobre o que Bielschowsky (1998, págs. 10 e seguintes) considera ser o elemento permanente e central da EPC, ao longo de suas cinco décadas, introduzido por Prebisch: a análise histórico-estruturalista:

“a força explicativa desse corpo analítico (...) deriva de um fértil cruzamento entre um método essencialmente histórico e indutivo, por um lado, e uma referência abstrato-teórica própria – a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano – por outro” (Bielschowsky, 1998, pág. 10, minha tradução).

Furtado e Cardoso, só para mencionar dois exemplos, reconhecem a centralidade desse aspecto, e especificam seu entendimento a respeito em vários trabalhos (entre outros, Furtado, 2000a, e Cardoso, 1972, pág. 90). Cardoso, coerente com sua postura à época, invoca para tal a dialética marxista, mas isso parece desnecessário. Prebisch, contudo, de forma bem menos pretensiosa, no quintal acadêmico, sente-se desobrigado de tratar de questões de método – em boa medida porque trata-se de um método simples, pouco sofisticado, mas funcional ao seu objetivo. Algo como uma espontaneidade metodológica.

De fato, as idéias expressas em seus trabalhos iniciais sob a chancela cepalina sofreram múltiplas influências, de autores, de sua experiência acadêmica e profissional, e vieram sendo elaboradas principalmente ao longo dos anos quarenta. Assumiram, ao final, formato e conteúdo muito pessoais, de tal forma que a leitura de seus trabalhos remete imediatamente o leitor a sua autoria. Prebisch percebe nos modelos teóricos ortodoxos – as teorias/trabalhos de Heckscher-Ohlin e Samuelson eram recém-divulgadas – uma abstração que violentava a realidade a que ele assistia. Ele traz, portanto, a sua realidade para primeiro plano, uma realidade em que o desenvolvimento latino-americano, baseado na exportação de produtos primários, vinha buscando o caminho da industrialização para reduzir sua vulnerabilidade às crises internacionais:

“A realidade está destruindo na América Latina aquele esquema pretérito da divisão internacional do trabalho (...) Nesse esquema correspondia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Não cabia ali a industrialização dos países novos. *Os fatos a estão impondo, contudo*. Duas guerras no curso de uma geração, e uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram suas possibilidades aos países da América Latina, ensinando-lhes positivamente o caminho da atividade industrial” (Prebisch, 1949, pág. 99, ênfase do autor, tradução própria).

Estes são os primeiros parágrafos do *Manifesto*, e evidenciam o essencial do método de Prebisch, como ele trata de apreender a realidade histórica no que lhe parece fundamental, a “condição periférica” e suas estruturas produtivas – daí o histórico-estrutural. Colhe e propõe, em ambos os aspectos, elementos, teorias e estatísticas, num trabalho de síntese que adquiriu formato extremamente persuasivo e convincente, tudo voltado para a transmissão de sua mensagem básica – o chamamento à industrialização latino-americana.

Já as preocupações teóricas e metodológicas ganharam plano de maior destaque nos trabalhos dos seguidores de Prebisch na constituição da EPC – a começar por Furtado. Este, retrospectivamente, conta como, já na mesma época em que Prebisch divulgava seu Manifesto, suas idéias perseguiram a construção do enfoque histórico-estrutural, em contraste com a relativa despretensão de Prebisch nessa seara:

“Ao invés de reduzir a realidade a um modelo, esforcei-me em adotar um enfoque histórico, abarcando o que cabia e o que não cabia no marco explicativo do economista. A visão de Prebisch era essencialmente sincrônica: assinalava uma descontinuidade estrutural no sistema capitalista geradora de dinâmicas distintas nos segmentos central e periférico. (...) Interessava-me captar o desenrolar dos acontecimentos no tempo, o encadeamento dos fatores que perpetuavam o atraso clamoroso da economia brasileira. (..) Não observei a economia primário-exportador brasileira como “periférica” e sim como de “tipo colonial”, o que me permitia reinseri-la em seu quadro histórico” (Furtado, 1985, págs. 67-8).

Aqui, sim, está explicitada a forma pela qual Furtado distingue seu trabalho do de Prebisch, inaugurando o enfoque histórico-estrutural, em ensaio preparado na segunda metade de 1949, publicado no início de 1950 (Furtado, 1950) e que, como mostra Szmrecsányi (1999), remonta à sua tese de doutorado – e culmina, nove anos depois, em *Formação Econômica do Brasil* (Furtado, 1959). Vamos, pois, a Furtado.

A teoria do subdesenvolvimento de Furtado

Essa mesma distinção entre a preocupação central dos trabalhos de Prebisch e Furtado é mencionada por Bielschowsky (1988, pág. 166):

“Na fase de lançamento das teses estruturalistas, a ênfase dos textos de Prebisch era que a industrialização representava a solução a que deveriam dedicar-se os países latino-americanos para superar o subdesenvolvimento. Esses textos têm o sentido geral de defesa de um amplo projeto. (...) Já a essa época, distintamente, o que predominava nos escritos de Furtado era uma preocupação algo diferente, qual seja, a de entender a dinâmica do processo de industrialização em pleno curso.”

Ou, nos próprios termos de Furtado, na introdução a seu primeiro livro sobre o tema, explicitando sua preocupação com a análise histórico-estrutural:

“A necessidade de diagnosticar a problemática de sistemas econômicos nacionais, em fases diversas de subdesenvolvimento, levou-o [Furtado] a aproximar a Análise Econômica do método histórico. O estudo comparativo de problemas similares, no plano abstrato, em variantes condicionadas por situações históricas diversas e em distintos contextos nacionais, induziu-o progressivamente a adotar um enfoque estrutural dos problemas econômicos”

(1961, pág. 13).

O ensaio publicado como capítulo 4 desse mesmo livro intitula-se “Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento”, no qual, nas primeiras linhas, ele demarca com clareza seu terreno:

“A Teoria do Desenvolvimento, na forma como é concebida nos grandes centros universitários do mundo ocidental, (...) apresenta a falha fundamental de ignorar que o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica. A teoria do desenvolvimento que se limite a reconstituir, em um modelo abstrato – derivado de uma experiência histórica limitada –, as articulações de determinada estrutura, não pode pretender elevado grau de generalidade” (Furtado, 1961, págs. 163-4).

Pode-se deixar assinalado, desde já, que, no frigidar dos ovos, a teorização furtadeana, amparada em seu método histórico-estrutural, talvez pudesse ser descrita parcialmente em termos muito próximos aos que ele utiliza acima para se referir a seus contendores. Mas, naquele momento, o que ele queria frisar era que, em sua visão, talvez houvesse, não um, mas dois modelos – desenvolvimento e subdesenvolvimento:

“O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (idem, *ibidem*, pág. 180).

Furtado, dessa forma, explicita, na esteira de Prebisch, a questão da originalidade do subdesenvolvimento – em oposição direta ao recém divulgado trabalho de W. Rostow, *As etapas do crescimento econômico* (Rostow, 1961), no qual se defende a idéia de que há uma única trajetória de desenvolvimento, comum a todas as economias. E será essa originalidade que justificará a construção de teorias e a adoção de políticas também originais para as “estruturas subdesenvolvidas”.

No entanto, também como Prebisch, no que será de resto uma marca registrada da EPC, Furtado define desenvolvimento e subdesenvolvimento em termos estritamente atinentes às estruturas produtivas:

“O desenvolvimento econômico (...) consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho” (Furtado, 1961, pág. 91).

E, um pouco antes:

“O crescimento de uma economia desenvolvida é (...) principalmente um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação tecnológica desses conhecimentos. O crescimento das economias

subdesenvolvidas é, sobretudo, um processo de assimilação da técnica prevalecente na época” (idem, ibidem, pág. 90).

Depois, definindo o subdesenvolvimento:

“podemos definir uma estrutura subdesenvolvida como aquela em que a plena utilização do capital disponível não é suficiente para a completa absorção da força de trabalho, ao nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema. É a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento” (idem, ibidem, pág. 195).

O “jovem” Furtado, como se vê, abraça com desenvoltura uma concepção economicista e tecnicista de desenvolvimento. Mesmo precedidas de um *disclaimer*, em que ele concede que “a análise econômica não nos pode explicar a dinâmica das mudanças sociais senão de maneira limitada” (idem ibidem, pág. 89), as afirmações citadas expõem um autor que deixa de lado a análise dos vetores políticos, culturais e sociais que também respondiam pelo subdesenvolvimento. Só mais tarde, no Furtado “maduro” – e na EPC em seu conjunto – esses vetores seriam incorporados de forma explícita e decisiva. No item seguinte será tratada a questão da incorporação desses vetores não-econômicos à EPC.

Furtado, nesse início dos anos sessenta, na esteira de Prebisch, parte da idéia de que a constituição dos sistemas econômicos à época maduros, desenvolvidos, é de fato o processo de surgimento do capitalismo industrial, no qual os vetores do crescimento econômico se tornam progressivamente endógenos – o que não ocorria no capitalismo comercial. Em particular, como o empresário industrial precisava comprometer adiantadamente (ou avançar) capital próprio no processo produtivo, cujo resultado poderia não ser posteriormente sancionado pelo mercado, “os custos de produção passam a ocupar o centro de suas preocupações” (Furtado, 1961, pág. 166). A necessidade, imposta pela concorrência e pela assunção do risco, de reduzir custos e preços é o acicate da busca contínua de aumentos de produtividade, cujo mecanismo é, por excelência, o progresso técnico.

Na primeira etapa de constituição do capitalismo industrial, o dinamismo econômico atuava pelo lado da oferta – baixando custos e preços, por meio do progresso técnico, para constituir mercados antes inexistentes, e absorvendo, paulatinamente, a mão-de-obra, abundante, que vinha sendo dispensada das atividades artesanais destruídas pela indústria nascente. Num segundo momento, o aumento de produtividade e lucratividade nas indústrias de bens de consumo induzia seus

empresários a aumentar os investimentos, comprando máquinas e equipamentos. Constituíam-se, aí, o setor de bens de capital, que também absorvia mão-de-obra, liberada agora também pela maior produtividade do setor de bens de consumo. E esse novo acréscimo de força de trabalho retroagia, agora pelo lado da demanda, sobre o setor de bens de consumo. O dinamismo econômico operava tanto do lado da oferta como do da procura dos bens finais de consumo (ibidem, pág. 169).

Uma vez concluída a absorção pelo capitalismo industrial do sistema artesanal e da mão-de-obra por ele liberada, a relativa escassez da força de trabalho impõe um aumento progressivo do salário real e, reativamente, uma aceleração da incorporação do progresso técnico, especialmente no setor de bens de capital.

Segundo Furtado, uma das linhas de expansão mundial do capitalismo industrial, a partir da Europa, deu-se através da incorporação de sistemas econômicos pré-capitalistas em regiões de antiga colonização:

“a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo” (ibidem, pág. 180).

A intensidade do impacto econômico do capitalismo industrial sobre os sistemas pré-capitalistas dependia, basicamente, do volume relativo de mão-de-obra daquele sistema absorvido pelo núcleo capitalista – que era, em geral, de início, pequeno. Além disso, os estímulos à transformação daquela estrutura em um sistema industrial desenvolvido eram limitados pelo fato de que a massa de lucros gerada no pólo capitalista não se integra na economia local (ibidem, pág. 182).

No Brasil, contudo, “a massa de salários no setor ligado ao mercado internacional foi suficiente para dar caráter monetário a uma importante faixa do sistema econômico” (pág. 185), produzindo uma diversificação dos hábitos de consumo, satisfeitos com importações. Nos momentos de retração da demanda externa, em condições de preservação relativa da renda monetária interna, havia, portanto, estímulos à produção doméstica de bens de consumo, cuja importação tornava-se mais difícil, processo que levou à criação de um núcleo industrial voltado para o mercado interno.

Ao contrário dos países desenvolvidos, portanto, a constituição do núcleo industrial no Brasil não teria tido na oferta seu impulso dinâmico, mas na demanda

preexistente. Mas os estímulos que o arrefecimento do dinamismo externo proporcionava à indústria local eram limitados pela própria redução da capacidade de importação, que encarecia a internalização de bens de capital necessários para a progressiva endogeneização do progresso técnico no sistema industrial subdesenvolvido. Mas, paulatinamente, a diversificação industrial passava a abranger também o setor de bens de capital, o que possibilitava o prolongamento do crescimento econômico mesmo sob contração da capacidade de importação.

Ainda assim, o fato de os empresários nacionais serem obrigados a se pautar pela concorrência externa os levava a optar por tecnologias poupadoras de mão-de-obra, o que fazia com que a estrutura ocupacional do país se modificasse com lentidão (pág. 192). Preservava-se, portanto, como traço típico dos países subdesenvolvidos, o alheamento de grande parte de sua população aos benefícios do desenvolvimento (pág. 193).

Essa, em breve resumo, a teoria do subdesenvolvimento elaborada por Furtado no início dos anos sessenta. Vazada, como se vê, basicamente em termos econômicos, tendo como fio condutor a forma desigual pela qual o progresso técnico e seus frutos se disseminaram a escala mundial – tal como em Prebisch. A diferenciá-los, talvez, há a predominância, em Prebisch, como vimos, do pragmatismo – menos teoria, mais ação. Em Furtado, a preocupação maior e mais explícita de conferir maior precisão e generalidade à teorização – que ele chama de ênfase no aspecto estrutural da teoria – e de concatená-la e ilustrá-la com uma história estilizada do capitalismo industrial, desenvolvido e subdesenvolvido.

O aparato analítico de Furtado e a construção do método histórico-estrutural têm como influência importante uma leitura muito particular e atenta de Marx – realizada no primeiro capítulo –, em quem ele se inspira para enfatizar a centralidade da estrutura produtiva, da acumulação de capital, do progresso técnico, a divisão departamental da indústria em bens de consumo e bens de produção, a idéia de que, uma vez constituído esse segundo departamento, o processo de acumulação ganharia movimento endógeno pleno – e, não menos importante, o apoio da teoria na história do capitalismo. Ressalta, como ponto fundamental de discordância da leitura furtadeana de Marx o tema do exército industrial de reserva – para Furtado, inexistente no capitalismo maduro, mas presente, sob a forma da oferta elástica de mão-de-obra, nas estruturas subdesenvolvidas.

Nos capítulos seguintes, Furtado irá explicitar, com base na teoria, suas preocupações prescritivas. E essas são, essencialmente, idênticas às de Prebisch: deve-se preservar as políticas de desenvolvimento e, para isso, é preciso planejar o investimento para reduzir os desequilíbrios estruturais de balanço de pagamentos e monetários inerentes às trajetórias de crescimento das estruturas subdesenvolvidas:

“não existe qualquer razão fundamental para que o desenvolvimento não possa processar-se a um ritmo rápido e em condições de relativa estabilidade, tanto interna como externa. O que se procurou demonstrar foi, tão-somente, a inviabilidade de semelhante ocorrência, nas fases intermédias e avançadas do subdesenvolvimento, sem uma orientação [“positiva”] do processo de formação de capital” (Furtado, 1961, pág. 231).

Noutros termos, Furtado defende a condução deliberada pelo Estado de uma política de industrialização que teria como eixo um processo de substituição de importações. Desenvolvimento e industrialização são quase sinônimos – de novo, como em Prebisch.

No último capítulo, Furtado aplica suas teorizações e prescrições ao caso brasileiro – o qual, desde logo, embora nem sempre de forma explícita, está sempre em primeiro plano em nosso autor. Depois de mostrar como seu esquema analítico do subdesenvolvimento está colado à história concreta – ainda que estilizada – da industrialização brasileira, ele prossegue afirmando que, a par do “deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira para o setor industrial” (pág. 243), houve também a internalização dos centros de decisão das medidas de política econômica, dos interesses ligados ao setor externo para aqueles voltados para o desenvolvimento interno, cristalizados no Estado. E vai mais além:

“Após a grande expansão da indústria de bens de produção ocorrida no último quinquênio, pode-se assegurar que a economia brasileira aproximou-se do grau de diferenciação necessário para que seu desenvolvimento dependa basicamente de fatores endógenos. Alcançado esse ponto, a demanda básica de importações tenderá a reduzir-se às dimensões correntes da capacidade para importar. Em outras palavras: a taxa ‘necessária’ de crescimento – correspondente à plena ocupação da capacidade instalada – poderá ser alcançada sem pressão inflacionária incontível, dado um influxo ‘normal’ de recursos externos” (Furtado, 1961, pág. 253).

Com todas as letras, Furtado está afirmando que, ao menos do ponto de vista econômico-produtivo, o Brasil identifica-se com uma estrutura desenvolvida. Teria como que se “completado” o processo de industrialização.

Mas, como se viu anteriormente, na teorização furtadeana, aplicada agora ao caso brasileiro, o fato de as economias subdesenvolvidas terem como motor, desde o início de seu processo de industrialização, a incorporação do progresso técnico no estágio poupador de mão-de-obra dos países desenvolvidos, a industrialização se completa sem disseminar o progresso técnico e seus frutos ao setor primário, que segue empregando vastos contingentes populacionais em condições de baixa produtividade e baixos salários.

Não se supera, portanto, o subdesenvolvimento. À manutenção da exclusão social Furtado acresce uma preocupação com a ausência de vetores de dinamismo, quando se completa a industrialização e se encontra preenchida com oferta nacional a demanda preexistente antes suprida com importações. Esgotada a substituição de importações, a economia tenderia à estagnação – tema que nosso autor traria à frente da cena alguns anos mais tarde. Furtado receita, para prosseguir ambas as trajetórias – crescimento e desenvolvimento –, a adoção de políticas visando homogeneizar o progresso técnico e distribuir melhor seus frutos, industrializando também a agricultura – seja diretamente, por uma reforma agrária, seja aumentando a produtividade da indústria para baratear os bens de capital para o setor primário. E isso seria um imperativo: para evitar a eclosão de tensões sociais agudas (pág. 266), as reformas, em voga no Brasil à época.

Ainda é uma incitação ao desenvolvimento, tal como em Prebisch, ecoando o perfilamento do homem de ação Celso Furtado ao lado de Juscelino Kubitschek, no enfrentamento com o FMI e as políticas de ajuste por ele inspiradas. Mas o tom parece já menos otimista. Furtado, dando o tom do caminho que seria percorrido pela EPC daí para a frente, agrega à agenda preocupações sociais e políticas, embora ainda de forma incipiente, já acusando a consciência de que a industrialização não teria cumprido totalmente a tarefa a ela atribuída pela Cepal. Logo em seguida, caberia a Furtado a tarefa de exercitar seus pendores de planejador e elaborar e colocar em prática um plano de governo, o Plano Trienal, buscando conjugar estabilização – no curto prazo – e desenvolvimento – num futuro incerto. Como se sabe, o Plano fracassou, como tantos depois, impotente sequer para levar a cabo suas metas ortodoxas de curto prazo, quanto mais para abrir novo horizonte de desenvolvimento. E, claro, a relação de causa e efeito entre o insucesso nos dois planos, e a contradição entre os dois objetivos, era alvo de crítica incisiva de Furtado há muito tempo.

Submergindo juntamente com a política econômica desenvolvimentista, já está claro o declínio da EPC.

Essa consciência vai se agudizando em Furtado, à medida que a conjuntura política e econômica brasileira também se agudiza – e o leva a embarcar nos reclamos reformistas, para além da luta pela industrialização. No imediato pós-64, o pessimismo toma conta e o reformismo cede o primeiro plano para o estagnacionismo subconsumista de que ficou presa a análise furtadeana. Celso Furtado, que teorizava para a ação, para a política pública, foi alijado de suas incumbências e de seu país – e restou prosseguir, cada vez mais desencantado, na teorização.

Prebisch e Furtado e o horizonte mais largo da cultura e desenvolvimento

Desde meados dos anos sessenta, como se viu, o leito principal da EPC, especialmente os trabalhos realizados sob a chancela institucional da própria Cepal, via se esvaír seu vigor criativo e intelectual e sua capacidade de influenciar a formulação de políticas econômicas na América Latina. – ainda que se possa talvez mencionar o II PND brasileiro como o último suspiro, temporão, do desenvolvimentismo. Ganharam destaque, a partir daí, duas derivações da EPC que acabaram por ganhar vida independente – as teorias da dependência e a Escola de Campinas.

Enquanto isso, os dois autores responsáveis pela construção original da EPC, Prebisch e Furtado, o primeiro ainda vinculado à Cepal, como editor de sua Revista, Furtado sem vínculos institucionais, traçavam carreiras paralelas de intelectuais cada vez mais críticos, numa trajetória de denúncia e resistência dos descaminhos do desenvolvimento latino-americano. Alargavam, agora decididamente, o horizonte da crítica: para além da economia, incluíam no núcleo de suas reformulações a política, o campo social, a ecologia – a cultura, na conceituação cada vez mais insistente do trabalho do Furtado “maduro”, quase anti-economicista.

O trabalho de Prebisch, segundo Di Filippo (1988), ingressara numa terceira etapa, após as fases de fundação da EPC e daquela em que, vinculado à Unctad, tinha como preocupação principal a “cooperação internacional”:

“... desarrollando sus ideas sobre el capitalismo periférico y haciendo hincapié en los temas del excedente, de la acumulación de capital reproductivo, y de los peligros de la sociedad de consumo. Es también en esta fase cuando su visión se torna interdisciplinaria, acrecentándose su preocupación por las relaciones de poder que brotan de la estructura social e influyen sobre las instituciones

económicas y el mecanismo de mercado” (pág. 27).

O texto mais importante publicado por Prebisch nessa etapa é *Capitalismo periférico: crisis y transformación* (Prebisch, 1981), no qual suas idéias originais, formuladas com mais de trinta anos de anterioridade, ganham cores mais vivas, mas mantêm contornos e mensagens que primam pela permanência. Veja-se, por exemplo, o parágrafo de abertura:

“El desarrollo periférico es parte integrante del sistema mundial del capitalismo, pero se desenvuelve en condiciones muy diferentes de las de los centros, de donde surge la especificidad del capitalismo periférico. La técnica tiene en ello un papel primordial” (Prebisch, 1981, pág. 485).

Ou, mais à frente:

“Los criterios que orienten la acción reguladora del Estado deben establecerse por medio de la planeación democrática. Planeación significa racionalidad colectiva, y esta racionalidad exige que el excedente se destine a acumular y redistribuir, así como a gastos e inversiones del Estado” (idem, ibidem, pág. 495).

A visão histórico-estrutural original está intacta, bem como o chamamento desenvolvimentista – sempre otimista, às raízes do voluntarismo –, sob a égide do planejamento estatal. Mas o protagonismo da “técnica”, agora, é compartilhado com uma análise crítica incisiva do poder e da concentração de renda, que ocupava segundo plano até os anos cinqüenta, e vinha ganhando destaque crescente desde então.

Como desde o início, contudo, seu público-alvo preferencial, como intelectual, nunca deixou de ser os formuladores de políticas econômicas. Há décadas sem encontrar acolhida nesse meio, seu discurso distanciou-se das razões da política econômica concreta para um plano mais ideológico, refugiado na direção da Revista da Cepal. Nos últimos meses de vida, no entanto, suas proposições ganharam novamente alguma ressonância junto à equipe econômica que, sob o governo da União Cívica Radical de Alfonsín, buscava alternativas democráticas para a crise argentina. Prebisch, então, abandonou seu refúgio e, octogenário, tornou-se Conselheiro Econômico do Presidente da República. Faleceu, assim, em seu *habitat*, com as mãos na massa.

Trajetória similar foi traçada, paralelamente, por Celso Furtado. Sua carreira, em que o papel do homem da política pública e o do intelectual eram um único, teve

amputada a metade voltada à ação pelo golpe de 64. No exílio, seu desencanto refugiou-se primeiramente na amargura das teses estagnacionistas. Mas, desde o final dos anos sessenta, após a conclusão do trabalho por ele próprio considerado como sua obra teórica mais importante – *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (Furtado, 1967) –, o tema-chave de Furtado passou a ser cada vez mais a exploração do terreno comum entre cultura e desenvolvimento.

É claro que Furtado, desde seus primeiros trabalhos, sempre teve um olhar atencioso para com temas, digamos, extra-econômicos. Desde logo, há sua ênfase no papel decisivo desempenhado, nas economias subdesenvolvidas, pelo consumo imitativo, fator fundamental responsável pela inadequação das técnicas produtivas à dotação de fatores, nomeadamente pela utilização de processos técnicos poupadores de mão-de-obra e intensivos em capital em países em que há abundância de mão-de-obra e carência de capital. Há, também, desde o início, uma grande preocupação de Furtado com o tema da política. Ele ressalta sempre, em particular, os obstáculos à adoção de políticas de desenvolvimento trazidos pela ascensão das classes médias urbanas:

“(...) a massa de empregados em serviços tende a crescer com maior rapidez relativa, pesando na composição das populações urbanas onde tende a sobrepujar numericamente a população ocupada diretamente nas indústrias. Esse fator contribui para que no conjunto das populações urbanas predominem os pontos de vista políticos moderados, em consonância com os fatores mais profundos [i.e., econômicos] que mantêm estacionário o nível dos salários” (Furtado, 1961, págs. 258-9).

Mas, como foi argumentado no capítulo anterior, a ênfase do “jovem” Furtado sempre recai – mesmo na citação acima, como se viu – sobre os fatores econômicos. É só mais tarde, especialmente a partir dos anos setenta, que, do consumo imitativo, Furtado chega à idéia mais abrangente de dependência cultural, vetor constitutivo da polaridade desenvolvimento-subdesenvolvimento do sistema mundial das nações. Essa idéia, bem como a noção de criatividade, encontram-se no centro da cena em seus trabalhos mais recentes:

“(...) circunscrever o estudo do desenvolvimento à acumulação é perder de vista que as técnicas não são mais do que formas de comportamento cuja racionalidade não é independente de fins preestabelecidos. (...) A reflexão sobre o *desenvolvimento econômico* tem-se concentrado no estudo do processo acumulativo das forças produtivas. Ora, por trás dos indicadores quantitativos que preocupam o economista [o jovem Furtado?] desdobra-se o vasto processo histórico de difusão da civilização industrial (...) Daí que o papel da criatividade no desenvolvimento haja perdido nitidez, bem como toda relação

entre a acumulação e os valores que presidem a vida social. Essa simplificação oculta a existência de modos de desenvolvimento hegemônicos que monopolizam a inventividade dos fins em benefício de certos países” (pág. 45, ênfase do autor).

Não é por outro motivo que, quando da redemocratização brasileira, Furtado volta à vida pública como Ministro da Cultura. Sua influência sobre a política econômica era diminuta. Vale a pena reproduzir algo extensamente suas próprias palavras, em entrevista:

“Eu aceitei aquela responsabilidade pelo chamado de muita gente, intelectuais dessa época que me fizeram um pedido para que eu aceitasse, sendo uma pessoa independente. (...) eu tinha um pouco de influência no que se refere às pessoas do governo da parte econômica, mas de forma muito indireta, muito discreta, porque ninguém pode tocar a área do outro. O que aconteceu foi que eu percebi que, com as mudanças do setor internacional, a globalização da economia e o enfraquecimento das fontes de poder do Terceiro Mundo, o horizonte de ação para fazer coisas havia se estreitado. Não era, portanto, na política que eu poderia fazer alguma coisa. Percebi, por exemplo, que quando dava uma conferência as pessoas assistiam, porém não tinha impacto, porque os centros de decisão e de poder estão hoje muito concentrados na grande imprensa ligada às firmas internacionais, com sua ideologia liberal thatcheriana, que esmagava tudo e não deixava espaço para a ação. Na verdade, sempre há algum. Eu não achava porém que seria o melhor. Imaginei, então, que se alguma coisa útil eu podia fazer, era no plano das idéias. (...) Dei-me conta da crescente ineficácia de ação do pensamento. É uma questão de época. Em algumas, tem muita receptividade e importância, em outras, nenhuma. Mesmo na Europa, atualmente, não tem importância” (Furtado, 1995, pág. 106).

Ao Celso Furtado, homem de ação, coube participação secundária no governo da chamada Nova República. A citação acima deixa claro o desencanto de nosso autor, que daí por diante ganhou tintas ainda mais carregadas. O enriquecimento das idéias de Celso Furtado, o alargamento de seu enfoque buscando reduzir a prevalência da economia e da técnica na dinâmica dos sistemas nacionais em favor da cultura, deu-se na contramão da onda impetuosa, de amplitude mundial, que elevou a níveis muito altos a subordinação dos diversos campos do conhecimento e da ação social ao domínio da economia. Em boa medida, há uma relação de causalidade aí: a ênfase nos aspectos culturais é uma reação de Furtado ao açambarcamento da ação social e política pelas forças dos mercados, liberadas e impulsionadas pelas políticas liberais “thatcherianas”.

Furtado tem claro, contudo, a estreiteza de sua capacidade de influência, e se recolhe novamente ao plano das idéias, agora abdicando da pretensão de fazê-lo

convergir para a ação imediata. Outros tempos poderão, talvez, reavivar suas contribuições e nelas se inspirar.

Vimos, portanto, como a trajetória dos dois principais ideólogos e construtores da EPC, ao mesmo tempo em que busca incluir em suas interpretações do processo de desenvolvimento vetores extra-econômicos, perde em capacidade de interferência na política pública o que ganha em enriquecimento de suas idéias. Tanto Prebisch como Furtado, apesar da contínua vinculação do primeiro à Cepal, através de sua revista, trilham caminhos quase solitários, distante o tempo em que sua interferência na arena pública e institucional ganhava ampla repercussão.

Coube a outro cepalino, Fernando Fajnzylber, recuperar o bastão abandonado por seus predecessores e reencetar o desiderato histórico da EPC, em dois trabalhos que obtiveram forte receptividade, através dos quais ele tentou reorganizar a tropa cepalina em torno de sua proposta de *aggiornamento* da agenda desenvolvimentista (Fajnzylber, 1983 e 1990). O esforço de revitalização da EPC proposto por Fajnzylber perdeu vigor com seu falecimento precoce, mas ainda assim pautou parcialmente a agenda da Cepal nos anos noventa, como mostra Bielschowsky (1998, pág. 52 e seguintes). Bielschowsky também anota a reafirmação nos trabalhos de Fajnzylber da análise cepalina “puro-sangue”, e a novidade, que irá trazer o traço distintivo da agenda então em gestação, da inclusão na estratégia cepalina de “uma política de abertura comercial que não se encontra na CEPAL de antes” (Bielschowsky, 1998, pág. 53). Na seqüência, Bielschowsky assinala duas principais pendências: o detalhamento dos processos concretos através dos quais se implementaria a “nova industrialização”, e uma análise mais cuidadosa da relação entre progresso técnico, emprego e distribuição de renda.

Dando um passo adiante, cabe aduzir que o trabalho de Fajnzylber talvez tenha levado a EPC a seu limite histórico. Explicando melhor, o esvaziamento da agenda cepalina, em curso desde os anos setenta, acelerou-se ainda mais nos anos noventa, deixando a meio caminho o esforço capitaneado por Fajnzylber. Evidenciou-se, assim, a fragilidade de uma agenda econômica que tem como fulcro propositivo a constituição de um “núcleo endógeno” de geração de progresso técnico industrial na periferia latino-americana, *vis-à-vis* o horizonte histórico concreto marcado pelo agigantamento da dependência financeira da América Latina e da hegemonia liberalizante a ela associada, e pela conseqüente degradação social e das políticas

públicas na região.

Mas não é suficiente acusar o sinal dos tempos. Do ponto de vista analítico, a carência apontada por Bielschowsky e por Rodríguez *et alii* no trabalho de Fajnzylber remonta, como se viu, aos primórdios da EPC, desde o início às voltas com a necessidade de fornecer mais substância às relações entre o progresso técnico, o emprego e a distribuição de renda. Tornam-se mais evidentes os problemas decorrentes da ênfase excessiva no progresso técnico e nas estruturas produtivas agora, quando a dimensão financeira das relações de dependência entre centro e periferia alcançam um quase paroxismo, mas essa perna capenga da EPC remonta pelo menos ao final dos anos sessenta.

Além da relutância em abordar a questão financeira – a questão do “dinheiro internacional”, nos termos de Tavares (2000, pág. 131) –, a EPC, presa ao domínio das estruturas produtivas, sempre teve muita dificuldade em ampliar os aspectos institucionais do desenvolvimento, em especial em incorporar a seu esquema analítico o tema da política – Estado e sociedade –, fundamental para sintonizar sua estratégia a cada momento histórico. A mera menção a esses temas, reconhecendo sua relevância, como faz Fajnzylber, não o exime de incorrer em risco de que sua estratégia desborde para o voluntarismo – em que ele também se mostra herdeiro da EPC.

Foi acusando essa característica renitente da EPC que Rodríguez (1981, págs. 267 e seguintes), muitos anos antes, em um dos trabalhos de maior fôlego até agora escritos sobre a Cepal, apontava Prebisch como ideólogo do populismo latino-americano. E Prebisch, no próprio prefácio por ele escrito ao livro de Rodríguez, demonstra firme indignação com essa ilação, justo ele que, na Argentina, sempre se pautara por um antiperonismo visceral (Prebisch, 1979, pág. 12).

A conclusão de Rodríguez baseia-se na constatação de que o chamamento otimista da Cepal à industrialização latino-americana, sem qualquer menção às classes e aos atores sociais e à forma pelas quais eles se apropriariam diferenciadamente de seus frutos, tratando somente da ação de um Estado impessoal na implementação de políticas industrialistas, teria estado em sintonia estreita, historicamente, com o ciclo populista latino-americano.

Não é o caso de discutir aqui minuciosamente os aspectos ideológicos da EPC, nem, muito menos, suas relações com o suposto ciclo populista. É fato, como ressalta também Colistete (2001, págs. 28-9), que na EPC – ou ao menos, digo eu, em seu

leito principal – “os atores sociais (...) e as instituições (como governos e firmas) [não] chegam a cumprir um papel maior que o de realizar as determinações que estão previamente inscritas nas próprias estruturas.” Mas, ainda que diluindo em seu discurso as implicações sociais e políticas do seu apelo industrialista, a fase original da EPC, que se estende até o início dos anos sessenta, pode ter sua historicidade aferida pelo impacto de suas idéias sobre as políticas concretamente seguidas em alguns países importantes da América Latina, notadamente o Brasil. A partir de meados dos anos sessenta, contudo, espelhando o declínio do que Bielschowsky (1998) chamou de “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, em que pesem os esforços de ampliação de seu campo de preocupações para além do terreno econômico e de atualização de seu marco analítico, a EPC passou longe de encontrar nas políticas perseguidas concretamente pelos governos latino-americanos ressonância similar à demonstrada em sua fase original. Daí a maior visibilidade de seu viés voluntarista, decorrente de seu descolamento das trajetórias históricas concretamente experimentadas na região.

Referências bibliográficas

- Bianchi, Ana Maria (2001). “For different audiences, different arguments: economic rhetoric at the beginning of the Latin American School”. Texto apresentado à Jornada Nacional sobre Desenvolvimento, organizada pelo IE/UFRJ, Cedeplar/UFGM, IE/Unicamp e PUC/SP: Rio de Janeiro, agosto de 2001, mimeo.
- Bielschowsky, Ricardo (1988). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes.
- Bielschowsky, Ricardo (1998). “Cincuenta años de pensamiento en la Cepal: una reseña”. In: Cepal, *Cincuenta años de pensamiento en la Cepal: textos seleccionados*, Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998, 2v, págs. 9-61.
- Burgueño, Oscar & Octavio Rodríguez (2001). “Desenvolvimento e cultura : notas sobre o enfoque de Celso Furtado”. In Bresser-Pereira, L.C. & José Márcio Rego (orgs.) *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001, págs. 77-108.
- Cardoso de Mello, João Manuel (1975). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Cardoso, Fernando Henrique & Enzo Faletto (1969). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- Cardoso, Fernando Henrique (1972). “A dependência revisitada”. In Cardoso, F.H., 1993, págs. 81-123.
- Cardoso, Fernando Henrique (1977). “Originalidade da cópia: a Cepal e a idéia de

- desenvolvimento”. In Cardoso, F.H., 1993, págs. 27-80.
- Cardoso, Fernando Henrique (1979). “O desenvolvimento na berlinda”. In Cardoso, F.H., 1993, págs. 179-226.
- Cardoso, Fernando Henrique (1993). *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias de desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- Cepal (1988) *América Latina en la economía mundial: seminario en homenaje al Dr. Raúl Prebisch*. Santiago de Chile: Cepal.
- Colistete, Renato Perim (2001). “O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil”. *Estudos Avançados*, vol. 15, nº 41, janeiro/abril. São Paulo: IEA/USP, págs. 21-34.
- Coutinho, Maurício Chalfin (2001). “Incursões marxistas.” *Estudos Avançados*, vol. 15, nº 41, janeiro/abril. São Paulo: IEA/USP, págs. 35-48.
- Di Filippo, Armando (1988). “Las ideas de Prebisch sobre la economía internacional”. In: Cepal, *América Latina en la economía mundial: seminario en homenaje al Dr. Raúl Prebisch*. Santiago de Chile: Cepal, págs. 27-43.
- Fajnzylber, Fernando (1983) *La industrialización trunca de América Latina*. México: Editorial Nueva Imagen/Centro de Economía Transnacional.
- Fajnzylber, Fernando (1990) *Industrialización en América Latina: de la “caja negra” al “casillero vacío”*. Santiago de Chile: Cepal, Cuadernos de la Cepal.
- Furtado, Celso (1950). “Características gerais da economia brasileira.” *Revista Brasileira de Economia*, v. 4, n. 1, págs. 7-33. Rio de Janeiro, mar. 1950.
- Furtado, Celso (1954). *A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite.
- Furtado, Celso (1959). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984, 19ª edição.
- Furtado, Celso (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Furtado, Celso (1967). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, coleção *Os Economistas*.
- Furtado, Celso (1978). *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1984). *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1985). *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (1995). “O pensamento econômico latino-americano: entrevista de Celso Furtado a Carlos Mallorquín”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 41, março de 1995, págs. 96-110.
- Furtado, Celso (2000a). *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Furtado, Celso (2000b). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10ª edição revista pelo autor. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Guimarães, Juarez (2000). “A trajetória intelectual de Celso Furtado”. In: Tavares,

- M.C. (org.) *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, págs. 15-32.
- Gurrieri, Adolfo (1982). “La economía política de Raúl Prebisch”. In: Gurrieri, A. (org., 1982). *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1º volume, pág. 13-95.
- Gurrieri, Adolfo (org., 1982). *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, 2v.
- Love, Joseph L. (1996). *Crafting the third world: theorizing underdevelopment in Rumania and Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- Macedo, Bernardo Gouthier (1994). *As idéias de Raúl Prebisch sobre a industrialização periférica: 1949-1954*. Dissertação de mestrado, Campinas: IE/Unicamp, mimeo.
- Magariños, Mateo (1991). *Diálogos con Raúl Prebisch*. México, D.F.: Fondo de Cultura/Banco Nacional de Comércio Exterior.
- Moraes, Reginaldo C. Corrêa de (1987). *Planejamento: Democracia ou Ditadura? – intelectuais e reformas sócio-econômicas no pós-guerra*. Tese de doutoramento, FFLCH-USP, mimeo.
- Nabuco, Maria Regina (2000). “Estado e projeto nacional nas obras iniciais de Celso Furtado”. In: Tavares, M.C. (org.) *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, págs. 59-70.
- Prebisch, Raúl (1949). “El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas”. In: Gurrieri, Adolfo, org., *La obra de Prebisch en la Cepal*, 1982, v. 1, pp. 99-155.
- Prebisch, Raúl (1950). “Crecimiento, desequilibrio y disparidades: interpretación del proceso de desarrollo económico”. In: Gurrieri, Adolfo, org., *La obra de Prebisch en la Cepal*, 1982, v. 1, pp. 156-247.
- Prebisch, Raúl (1979). “Prefácio”. In: Rodríguez, Octavio (1981). *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense, págs. 7-12.
- Prebisch, Raúl (1981). *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica. Sua primeira parte foi republicada em Gurrieri (org.), 1982, 2º volume, págs. 485-496.
- Rodríguez, Octavio (1981). *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense.
- Rodríguez, Octavio et alii (1995). “Cepal: velhas e novas idéias”. *Economia e Sociedade*, nº 5, dez. 1995, págs. 79-109. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp.
- Rostow, Walt W. (1961) *Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Silva, Sérgio (1996). “As razões da razão”. Campinas: mimeo.
- Sunkel, Osvaldo (1958). “La inflación chilena: un enfoque heterodoxo”. In Cepal, *Cincuenta años de pensamiento en la Cepal: textos seleccionados*, Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998, 2v, págs. 287-323.
- Szmrecsányi, Tamás (1999). “Sobre a formação da *Formação Econômica do Brasil* de C. Furtado”. *Estudos Avançados*, v. 13, n. 37, set./dez. 1999. São Paulo:

Instituto de Estudos Avançados/USP.

Tavares, Maria da Conceição (2000). “Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes”. In: Tavares, M.C. (org.) *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, págs. 129-154.

Vázquez, Enrique García (1988). “Las ultimas preocupaciones del Dr. Prebisch”. In: Cepal (1988) *America Latina en la economia mundial: seminario en homenaje al Dr. Raúl Prebisch*. Santiago de Chile: Cepal, págs. 23-26.

Vásquez, Juan F. Noyola (1957). “Inflación y desarrollo económico en Chile y México”. In Cepal, *Cincuenta años de pensamiento en la Cepal: textos seleccionados*, Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998, 2v, págs. 273-286.